

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Rudolfo Lago/Correio da Manhã



Ratinho Jr.: primeiro ensaio de candidatura

Bolsonaro julgado, Ratinho Jr. candidato. A fila anda...

Iniciava-se a tarde de terça-feira (25) quando o advogado do ex-presidente Jair Bolsonaro, Celso Vilar, apresentou suas alegações no plenário da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal. A cerca de sete quilômetros dali, no Lago Sul, o governador do Paraná, Ratinho Jr., do PSD, participava de um almoço do Grupo de Líderes Empresariais do Distrito Federal (Lide-DF), que fun-

cionou como uma espécie de pré-lançamento em Brasília da sua candidatura à Presidência. Presente boa parte do PSD, como o líder do partido na Câmara, Antonio Brito (BA), e o senador Omar Aziz. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), e sua vice, Celina Leão (PP). Parlamentares de outros partidos, como o deputado Eunício Oliveira (MDB-CE).

Outro foco

E uma grande quantidade de empresários. Os eventos simultâneos bem mostravam como, na política, a fila anda... Nenhum dos políticos e empresários presentes parecia acompanhar o que ia se desenrolando naquele momento na 1ª Turma da Suprema Corte.

Chances

Já era mais do que claro que as chances jurídicas àquela altura de Bolsonaro reverter sua situação eram nulas. E as chances políticas reduziam-se ao mínimo. Até porque boa parte do Centrão não alinhado fortemente ao bolsonarismo estava no almoço.

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Kassab cogita Ratinho Jr. como opção

Kassab e governador não negam candidatura

Não se tratou de um lançamento explícito de candidatura. Mas de uma espécie de ensaio das chances, diante de um público considerado pelo PSD importante para a alavancagem: o mundo empresarial. O presidente do PSD, Gilberto Kassab, não estava presente, mas gravou um vídeo. "Se um dia o Brasil for presidido

por Ratinho Jr., estará em excelentes mãos", disse Kassab. "Sobre a candidatura, quem tem que responder é o partido", afirmou Ratinho Jr. Mas acrescentou: "O PSD tem a obrigação de apresentar uma proposta para o país". E disse mais: "Quero fazer parte do projeto de modernização do país". Os presentes aplaudiram.

Ibaneis

Presente ao almoço, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, também demonstrou simpatia pela ideia de Ratinho Jr. presidente. "É um nome que agrada toda a classe empresarial e política", disse o governador, que deu apoio a Bolsonaro em 2022.

Amplio

Também presente, o deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) classificava Ratinho Jr. como um nome com capacidade ampliar, dentro do campo conservador. "Ele não é radical como Bolsonaro, nem raivoso como [o governador de Goiás, Ronaldo] Caiado".

Caminho

É claro que uma eventual candidatura de Ratinho Jr. precisa ainda trilhar um longo caminho. Levantamento do Paraná Pesquisas em fevereiro o colocava com 15% das intenções de voto. Mas num cenário sem o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, como candidato.

Apoios

Além de se viabilizar eleitoralmente, Ratinho Jr. terá que vencer a posição interna do pragmático PSD. Que tem alas tanto na oposição como muito próximas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como os senadores Otto Alencar (BA) e Eliziane Gama (MA).

1ª Turma do STF define hoje se torna Bolsonaro réu

Ministros derrubaram pedidos preliminares das defesas

Por Gabriela Gallo

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) definirá, em sessão extraordinária nesta quarta-feira (26) às 9h30, se aceitará a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete indiciados por tentativa de golpe de Estado. Nesta terça-feira (25), a Corte realizou duas sessões extraordinárias, às 9h30 e às 14h, para acelerar os trâmites do julgamento – leitura do indiciamento da PGR, leitura da relatoria do ministro Alexandre de Moraes, a apresentação das defesas dos indiciados e o julgamento dos ministros em aceitar ou rejeitar os recursos. A Corte acelerou o processo para o colegiado apenas discutir o mérito do pedido na manhã desta quarta porque, no período da tarde, o plenário do Supremo retomará a discussão da ADPF das favelas.

Defesas

Durante a primeira sessão, o advogado de Jair Bolsonaro, Celso Sanchez Vilar, defendeu que não há provas fortes o suficiente que liguem o ex-presidente ao caso. "A Polícia Federal utilizou mais de 90 vezes a expressão 'possivelmente', porque não havia certeza [da participação de Bolsonaro]. Nem a Polícia Federal, que se utilizou dessas possibilidades, afirmou a participação dele no 8 de janeiro. Não há um único elemento, nem na delação. Nem o delator fez qualquer relação, não há uma única evidência a esse respeito", defendeu Vilar.



Antonio Augusto/STF

Pedidos preliminares das defesas foram rejeitados

Os demais acusados adotaram discursos semelhantes: não negaram a gravidade ou proporção de tentativa de golpe e dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, mas enfatizaram que seus respectivos clientes não estão relacionados com o caso.

Preliminares

Os magistrados da primeira turma da Suprema Corte (Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cármen Lúcia e Luiz Fux) rejeitaram todos os cinco pedidos preliminares das defesas dos acusados, praticamente quase todas por unanimidade.

A única exceção diz respeito a um recurso que solicitava que o julgamento do mérito deveria ser realizado no plenário da Su-

prema Corte e não na Primeira Turma. O ministro Luiz Fux foi o único que acatou o recurso, alegando que todos os acusados não ocupam mais cargos públicos e, portanto, não deveriam sequer ser julgados em tribunais de instância superior. "Ou estamos julgando pessoas que não exercem mais função pública, ou estamos julgando pessoas que têm essa prerrogativa, e o lugar correto seria o plenário", disse Fux. Os demais ministros rejeitaram o pedido.

Outros argumentos apresentados pelos advogados do ex-presidente apresentam pontos que tentaram anular o julgamento. Dentre eles, a defesa alegou que a investigação da Polícia Federal (PF) é um caso de pesca predatória (ou fishing expedition) – quando se apro-

veitam espaços de exercício de poder para subverter a lógica das garantias constitucionais, vasculhando-se a intimidade, a vida privada do investigado. Em resposta, o relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, lembrou que toda a investigação policial começou para apurar a existência de milícias digitais, atentatórias ao estado democrático de Direito e à independência dos poderes e, com o desencadeamento das investigações, uma investigação levou à outra.

"No curso de uma investigação séria acompanhada por Ministério Público Federal, Polícia Federal e poder Judiciário, se você encontra outros crimes, o que vai fazer? A polícia vai simplesmente ignorar os outros crimes?", destacou Moraes.

Bolsonaro alega que mudanças na Corte são para condená-lo

Rosinei Coutinho/STF

Por Gabriela Gallo

O primeiro dia do julgamento da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) para tratar da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete indiciados por tentativa de golpe de Estado foi movimentado, inclusive nos bastidores. O próprio Jair Bolsonaro acompanhou o julgamento, e sentou na primeira fileira da Primeira Turma. A discussão política ficou evidente. O julgamento foi transmitido ao vivo pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e outros adversários políticos de Bolsonaro.

A fase de julgamento que se encerra nesta quarta-feira (26) é preliminar. A Corte decidirá agora somente se aceita ou não a denúncia feita pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. Caso aceite, o que é provável, aí então é que Bolsonaro e outro sete relacionados como o "núcleo crucial" da tentativa de golpe por Paulo Gonet se tornarão réus e começarão a responder a uma ação penal. Se houver condenação, a previsão é que aconteça somente no final do ano. Se vier a ser condenado, Bolsonaro não será o primeiro ex-presidente nessa situação. Em novembro do ano passado, o STF condenou o ex-presidente Fernando Collor a oito anos e dez meses de prisão. Ele ainda não foi preso porque sua defesa ainda apresenta embargos e outros recursos.



Bolsonaro acompanhou de perto o seu próprio julgamento

Ironias

Durante a sessão, Bolsonaro publicou ironias nas redes sociais acerca do tema. Em uma publicação na rede social "X" (antigo twitter), ele comparou o caso com a partida de futebol entre Brasil e Argentina pelas eliminatórias da Copa do Mundo que aconteceu na noite de quarta-feira, alegando que, no seu caso, "o juiz apita contra antes mesmo do jogo começar... e ainda é o VAR, o bandeirinha, o técnico e o artilheiro do time adversário; tudo numa pessoa só". A declaração se refere ao ministro-relator do caso no Supremo, Alexandre de Moraes.

Logo após a decisão preliminar do Supremo, o advogado Celso Sanchez Vilar, que defende Jair Bolsonaro, reforçou

que as decisões do STF precisavam ser respeitadas, mas reiterou que é necessário aguardar o parecer final. As informações são do site Poder 360.

"O que eu posso dizer é que eu não me arrependo de ter sustentado as teses preliminares, em especial a questão dos documentos que não tivemos acessos e também a questão da delação, que na minha visão o Supremo de certa forma hoje inovou a jurisprudência. Mas respeito os ministros, respeito a decisão e vamos aguardar a decisão de [quarta]", disse.

O líder do PL na Câmara dos Deputados, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), encaminhou ao STF na noite desta terça-feira (25) um ofício solicitando ao ministro Alexandre de Moraes

uma visita ao general Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e um dos indiciados pela Procuradoria-Geral da República. O general da reserva está recluso preventivamente na 1ª Divisão do Exército, na Vila Militar na zona oeste do Rio de Janeiro, desde dezembro de 2024. No pedido, Sóstenes alega que é amigo íntimo de Braga Netto a muitos anos e pede autorização para visitá-lo. Moraes ainda precisa aceitar a medida.

Mudanças

Após o resultado preliminar da Primeira Turma do STF, Jair Bolsonaro usou de suas redes sociais para criticar a forma como o processo está sendo julgado. Ele lembrou que, em dezembro de 2023, o STF alterou o Regimento Interno da Corte para que as ações penais originárias deixassem de ser julgadas pelo Plenário do Supremo e passassem a tramitar nas Turmas.

Em 11 de março, o plenário do Supremo determinou ampliar o foro por prerrogativa de função (concedido a deputados federais, senadores e ao presidente da República). A medida determina que eventuais penalidades dessas figuras públicas precisavam ser julgadas em um tribunal de instância superior. "Preservar o foro por um motivo 'carimbado', mas negar o julgamento pelo órgão competente, é transformar a Constituição e o Regimento em um self-service institucional", criticou Bolsonaro.